

A MISÉRIA DA EDUCAÇÃO NA ORDEM DO CAPITAL

André Mayer - UFOP¹

Resumo

Sem rupturas nas relações sociais que estão sob o controle do Capital, que impõe uma educação para o trabalho alienante, não poderá haver mudanças profundas no sistema educacional. Sob as relações sociais capitalistas a educação “serve” de “meio” para “produção de uma consciência” funcional à ordem do Capital.

Palavras-chave: Capital, produção da consciência, reificação, educação.

Introdução

O presente artigo pretende apresentar o domínio do Capital, enquanto "sistema de controle do metabolismo social", sobre a concepção e a prática da educação, o que favorece de forma determinante o processo de alienação-reificação e a miséria material e espiritual do ser social na contemporaneidade.

No primeiro ponto serão abordados aspectos centrais da ordem contemporânea do Capital. No segundo, o processo determinante de reificação das relações sociais. No terceiro ponto, a educação, concepção e prática, será alvo de uma crítica radical quanto à sua determinação na produção de uma consciência reificada na ordem do Capital.

O movimento do capital na contemporaneidade.

Segundo Mészáros (2000) vivemos uma crise estrutural do próprio sistema do capital. Apesar da pluricausalidade, a determinação advém da contradição fundamental do sistema, ou seja, a produção socializada (trabalho social total) e a apropriação privada dos meios de produção e dos frutos do trabalho, baseada na relação social de exploração de quem trabalha.

No Capital a crise aparece como superprodução dos valores de uso que não encontram escoamento por não encontrarem consumidores que possam pagar os seus valores de troca. A mercadoria produzida não se converte em dinheiro.

As crises são inelimináveis na ordem do Capital por expressarem o caráter contraditório da produção material da vida desse sistema. Este sistema consiste na subordinação de todos os elementos da sociedade a si próprio e garante sua dominação como produção generalizada de mercadorias, em oposição às formas precedentes de intercâmbio produtivo entre os seres humanos. O capital como um "sistema de controle do metabolismo social" pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as

¹ Doutor em Serviço Social, Professor Adjunto do Curso de Serviço Social da UFOP e Coordenador do Grupo de Pesquisa / CNPQ - Liga dos Comunistas. Núcleo de Estudos Marxistas.

considerações às necessidades humanas como ligadas às instituições dos "valores de uso" não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos o imperativo fetichizado do "valor de troca".²

Este "sistema de controle do metabolismo social" impôs sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional, independente do caráter devastador, ou teve que adotar algumas restrições racionais - muitas tentativas mal sucedidas que almejavam a superação das limitações sistêmicas do capital.

Este sistema tem e deve ter sua expansão orientada e dirigida pela acumulação. O que está em questão não é um processo delineado pela crescente satisfação das necessidades humanas. Mais exatamente, é a expansão do capital como um fim em si, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem constantemente afirmar se poder como um modo de reprodução ampliado. O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente - e deve sempre usurpar - o poder de tomar decisões. Este antagonismo estrutural prevalece em todo lugar abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes. E, precisamente porque o antagonismo é estrutural, o sistema do capital é "irreformável e incontrolável".

Segundo Chesnais (2001) no cenário atual de "mundialização da economia"³ e da explicitação da "vitória do mercado", esconde-se um modo específico de funcionamento e de dominação política e social do capitalismo.

Ao término de uma evolução de 30 anos são as instituições constitutivas do capital financeiro [bancos, investidores institucionais (companhias de seguro, fundos de pensão e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas)], possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de

² Segundo Teixeira (2000:), nas sociedades capitalistas, a criação e expansão das necessidades humanas só podem realizar-se sob a forma de mercadorias. No capitalismo, o valor de troca é primeiro em relação ao valor de uso. A produção de coisas úteis para a humanidade só é levada a cabo à medida que se mostre lucrativa para o capital. A produção capitalista é, portanto, um modo de produção marcado por uma contradição permanente: por um lado, o capital impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas, com vistas à produção de uma massa crescente de valores de uso; por outro, limita esse desenvolvimento às necessidades de valorização do valor. Essa contradição não pode ser abolida dentro dos limites da produção capitalista; sua anulação significaria pôr o desenvolvimento das forças produtivas a serviço do homem e não do capital. O crescimento contínuo da produção de valores de uso, de um lado, e a valorização do valor, de outro, exigem a criação de formas sociais dentro das quais essa contradição se mova e se realize.

³ Segundo Ianni (1997), "após a Segunda Guerra Mundial, quando o capitalismo ganhou novo impulso, o mundo se transformara em um palco de um vasto processo de internacionalização do capital, jamais presenciado em nossa história. O capital perdia, parcialmente, sua característica nacional, adquirindo uma conotação internacional e passava a construir novas condições e possibilidades de reprodução que fará com que esta internacionalização se torne propriamente mundial, com o fim da guerra fria. O mundo passou a ser influenciado pelo padrão de racionalidade gerado com a cultura do capitalismo moderno. Trata-se segundo Ianni, de uma "globalização" que se orienta pela regulação neoliberal, (IANNI, 1997: 78-79)

operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo de investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado.

Segundo Chesnais, em um mundo dominado pelas finanças, a vida social em quase todas suas determinações tende a sofrer as influências daquilo que Marx designa como a forma mais impetuosa de fetichismo. Com as finanças tem-se o dinheiro produzindo dinheiro, um valor valorizando-se por si mesmo, sem que nenhum processo (de produção) sirva de mediação aos dois extremos.

O triunfo do fetichismo financeiro provocou um salto do fetichismo inerente à mercadoria. A mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde "a relação social dos produtores no conjunto do processo de trabalho" aparece mais uma vez e com força renovada, "como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos".

As relações sociais reificadas na ordem do capital

Em um texto singular - "O método da economia política" - Marx busca, em sua talentosa aproximação com a literatura, a inspiração para demonstrar o quanto o capital domina tudo. "É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo ao seu modo de ser". (MARX, 1982:16).

Segundo Georg Lukács (1979) os enunciados concretos de Marx, devem ser compreendidos, como enunciados diretos sobre certo tipo de ser, são, portanto, afirmações ontológicas. As categorias da produção material da vida são determinantes, possibilitando assim uma reprodução ontológica do ser social sobre bases materialistas e a realidade social apresenta-se enquanto critério último do ser ou não-ser social de um fenômeno.

A ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simples e vulgar, das leis naturais para a compreensão da sociedade onde os fenômenos sociais passam a ser analisados de forma isolada, fragmentada, como se cada parte tivesse "estatuto próprio"; relacionando-os com outros setores também observados isoladamente e de modo igualmente artificial.. A perspectiva da totalidade é eliminada da investigação científica e a investigação das partes isoladas deve ser a referência primordial para se compreender a realidade social; e o resultado desta investigação é apresentado como lei eterna e natural para toda a sociedade.

Ao contrário, a teoria social construída por Marx tem por base a reprodução ideal do movimento real do objeto, tendo sempre em vista a totalidade das relações do ser social.

Marx atentou para a relação entre o homem e a natureza, levando sempre em consideração que o ser social e a sociedade por ele construída é historicamente determinada. Para a compreensão da "totalidade" da sociedade, Marx parte da produção material da vida e descobre que esta produção consiste em uma relação permanente dos homens com a natureza; e que pra esta relação, o trabalho é a categoria central.

Através do trabalho, afirma Marx, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho e ao mesmo tempo, ao atuar sobre a natureza, modificando-a, modifica também a sua própria natureza. A natureza, a "terra", é objeto fundamental para a realização do trabalho. Esse objeto também é transformado em meios - meios de trabalho - que juntamente com objeto em si, constituem os meios de produção. Os meios de produção e o trabalho - o trabalhador - apontam o conjunto das forças produtivas.

. Com o trabalho, e o seu processo historicamente determinado, potencializa-se a possibilidade do desenvolvimento dos homens que trabalham. Mas estes não conseguem perceber todas as circunstâncias que envolvem o processo de trabalho, nem de todas as suas conseqüências. Mas na sociedade, não existe só a atividade do trabalho. Existe também um conjunto, de objetivações, de ações humanas, que envolve uma série de atividades que coroam o "existir social". O trabalho, por ser uma categoria social, é apenas um elemento da práxis humana e este, apenas pode existir como um dos atores de um complexo dialético que constitui o conjunto das relações sociais. Além do trabalho, a vida social contém uma enorme variedade de atividades - espirituais, afetivas, culturais, sexuais - voltadas para atender às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações sociais e as mesmas sempre se articulam ao trabalho, como categoria determinante.

Para Marx há uma distinção fundamental no processo de trabalho na ordem do capital. Se o trabalho, presente em todas as formas de sociedade, é a categoria fundante e central que constitui o ser social, como criador de valor de uso para atender as necessidades vitais deste ser; como atividade de transformação do real pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é protagonista; e portanto, a categoria decisiva da elevação dos homens para níveis cada vez mais elevados de sociabilidade; na ordem do capital, o trabalho (trabalho abstrato) torna-se uma atividade social mensurada pelo tempo de trabalho socialmente necessário e produtor de mercadoria - mais-valia, submetendo os valores de uso à valorização do valor; potencializa a submissão do ser social à ordem burguesa e ao "sistema de mercado" capitalista, complexo social que transforma as nossas relações sociais em relações sociais reificadas - coisificadas - articulando

nossas vidas pelo processo de alienação específico da ordem do capital - pelo fetichismo da mercadoria.

É preciso desmistificar a ilusão fetichista da ordem do capital, cuja função consiste em mascarar a realidade que envolve todos os fenômenos da sociedade, porque nesta ordem societária, as determinações das formas fetichistas das objetividades humanas (construções sociais e historicamente determinadas) têm a função de dar aos fenômenos a aparência de serem supra-históricos e de que não existe nada além desta superficialidade.

Na luta contra o fetichismo e contra a coisificação das relações sociais, é importante que o ser social assuma a consciência de si mesmo como sujeito histórico. Uma vez percebido o funcionamento essencial da realidade, os fenômenos próprios da alienação presentes na ordem do capital - o fetichismo da mercadoria e a reificação das relações sociais - aparecerão não mais como expressões misteriosas e exteriores ao ser social, mas antes como construtos humanos passíveis de transformação.

Para José Paulo Netto, em *Capitalismo e Reificação* (1981),

"Enquanto a organização capitalista da vida social não invade e ocupa todos os espaços da existência individual, como ocorre nos períodos de emergência e consolidação do capitalismo (capitalismo comercial e industrial-concorrencial), ao indivíduo sempre resta um campo de manobra ou jogo, onde ele pode exercitar minimamente a sua autonomia e o seu poder de decisão, onde lhe é acessível um âmbito de retotalização humana que compensa e reduz as mutilações e o prosaísmo da divisão social do trabalho, do automatismo que ela exige e impõe, etc. Na idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que penetra a existência dos agentes sociais particulares - é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna *administrado*, um difuso terrorismo psico-social se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação de imaginário, a gratuidade do ócio, etc.) converte-se em limbos programáveis. (...) A osmose generalizada desta lógica institucionaliza até os 'mundos paralelos' - ela os instrumentaliza a todos, inclusive aqueles que se arrogam o projeto de um romântico escapismo". (NETTO, 1981: 81-82).

O termo "osmose generalizada" (da lógica do capital), apresentado por Netto, apesar de sua correção analógica, parece-me não simbolizar as terríveis conseqüências advindas desse processo, tão bem sintetizado no texto acima. Penso que se trata mais de uma metástase - "disseminação de focos de um tumor" - que devora a vida material, cultural e espiritual de

seus hospedeiros, matando-os definitivamente ou deixando-os em "estado vegetativo". Apresenta-se enquanto uma possibilidade real e concreta de crescimento sócio-econômico para todos, mas possui um mecanismo interno estruturalmente excludente, mecanismo este, que não leva em conta as necessidades fundamentais do ser social. Para conseguir tal façanha impinge um processo brutal de alienação à sociedade, através do fetichismo da mercadoria; um processo que não se localiza somente na esfera da produção, mas que permeia todas as relações sociais, através da "coisificação" dessas relações.

Este fetichismo, segundo Netto (1981), é a novidade da sociedade burguesa constituída - enquanto um novo processo de alienação - e que redundam em "formas alienadas específicas", as coisificadas (ou reificadas).

Marx consegue determinar a especificidade da alienação na sociedade burguesa constituída, a partir da análise na qual o fetichismo não está presente somente na produção mercantil, mas se reproduz em todas as relações sociais - "porque esta sociedade está inteiramente mercantilizada". O que ocorreu foi o processo de universalização da dinâmica própria ao modo de produção do capital, dinâmica esta que penetra as relações, não só de produção, mas também de reprodução social.

Que a sociedade burguesa constituída se funda sobre a produção mercantil, eis o óbvio; mas não é igualmente óbvio que, inseridas as relações mercantis no âmbito de uma sociedade onde a universalização total da forma mercadoria vai muito além da sua materialidade palpável, muito além do circuito das trocas, envolvendo todos os "serviços" e todas as relações homem/homem no seu contexto vital, transforma-se estruturalmente o modo de emergência das relações sociais" (NETTO, 1981: 84).

3. A miséria da educação na ordem do Capital

No último Seminário de Iniciação Científica (SIC) da UFOP de 04 a 09 de novembro de 2009, inúmeros trabalhos da área de ciências humanas e ciências sociais aplicadas foram apresentados. Participei como parecerista e como avaliador no SIC de alguns trabalhos. Vieram estudantes de todas as partes do Brasil, de várias universidades e de todas as áreas. O seminário serviu como ilustração dos (des) caminhos da "produção de conhecimento", fruto do processo educativo, em nosso país.

O processo de "decadência ideológica" e de "especialização mesquinha" presentes nos trabalhos foi tão gritante, tão impactante, que as esperanças de uma "surpresa agradável" foram para o ralo. Pra quem questionar a ilustração do SIC, basta

olhar os temas dos trabalhos deste II Encontro Memorial. E essa é uma tendência generalizada!

A miséria da educação na ordem do Capital salta aos olhos, de uma maneira simples: não se debate sobre a educação, se debate sobre a educação na ordem do Capital. É uma diferença metodológica monstruosa! Pode-se fazer este mesmo percurso com a maioria esmagadora dos trabalhos hoje apresentados nas universidades brasileiras. A miséria da educação na ordem do Capital consiste em ela se fazer funcional a esta ordem!

O Capital é "relação social"! A produção material da vida desse sistema, fonte da relação social, é baseada na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho alheio e na apropriação privada dos frutos do trabalho.

A produção capitalista é sinônimo de produção de mais-valia, portanto, de uma intensa e incontrolável exploração sobre o ser social que trabalha. A acumulação de capital depende da exploração do trabalho.

Da exploração nasce a mercadoria. Essa "coisa" produzida, portanto criatura torna-se o centro das relações sociais. A mercadoria passa a ser a portadora e a expressão das relações entre os homens. As relações sociais na ordem do capital são relações sociais coisificadas, reificadas!

Essa "relação social" predatória determina a terrível lei geral da acumulação capitalista: à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador tende a piorar. Ocorre uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A lei geral da acumulação capitalista é fonte da "questão social", que hoje se expressa e se manifesta de infinitas maneiras.

As relações sociais específicas da ordem do Capital são "naturalizadas", como se essas relações fossem eternas. Natural e eterna! Os defensores dessa ordem miserável, assim a anunciam. Os males terrenos são obra do acaso e fundamentalmente responsabilidade do indivíduo e não do "sistema de controle do metabolismo social".

Os ideólogos desta ordem imersa na barbárie enveredam por uma "decadência ideológica" e por uma "especialização mesquinha", onde se discute tudo e ao mesmo tempo não se discute nada; a não ser a miudeza, o fragmento que se ergue, como se tivesse estatuto próprio, frente a uma "totalidade", o Capital, que na verdade domina as relações sociais .

Sem rupturas nas relações sociais que estão sob o controle do Capital, que impõe uma educação para o trabalho alienante, não poderá haver mudanças profundas no sistema

educacional. Sob as relações sociais capitalistas a educação “serve” de “meio” para “produção de uma consciência” funcional à ordem do Capital. O que está em jogo não é apenas a modificação política dos processos educacionais, mas a reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo dominado pelas relações reificadas. Educação não é mercadoria. Educação não é negócio, é criação. Educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida. Em lugar de instrumento de emancipação humana a educação é instrumento de perpetuação das relações sociais da ordem do Capital.

(...) Procurar margens de reforma sistêmica na própria na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos. È por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2005:27)

Referências Bibliográficas

- CHESNAIS, François. "Mundialização: o Capital financeiro no comando" in **Outubro n° 05**. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, 2001.
- IANNI, Otávio. **Teorias da Globalização**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997
- MARX, K. "Introdução [à Crítica da Economia Política]", in Marx, K. **Para a crítica da economia política, Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, "Os economistas", 1982.
- MÉSZÁROS, István. "A crise estrutural do capital" in **Outubro n° 04**. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, 2000.
- _____. A educação para além do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- TEIXEIRA, Francisco J. Soares. "O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política" in **Crítica Marxista n.º 10**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.